

Colonização e ordenamento das terras no Território do Amapá (1943-1988)

Rafaele Costa Flexa¹

¹ Graduada em História pela Universidade Federal do Amapá. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional – UNIFAP. E-mail: faeleflexa@yahoo.com.br

RESUMO: Este trabalho analisa uma breve discussão sobre a colonização, através dos projetos do governo realizados a partir da criação do Território do Amapá. O objetivo desse estudo é compreender o processo de ocupação e ordenamento que se deu no espaço amapaense durante o período do território (1943-1988), uma vez que é necessário para compreensão do espaço territorial amapaense atual. Em vista disso, este estudo requereu pesquisa bibliográfica e documental para coletas de informações. Apresenta-se uma análise a partir do âmbito de projetos coloniais para ocupação no governo de Janary Nunes e posteriormente uma análise a respeito do ordenamento das terras do Amapá, efetivado com o período de Ditadura Militar, bem como a criação dos órgãos federais que jurisdicionam as terras amapaenses, especificamente o INCRA.

Palavras-Chave: Território do Amapá. Projetos Coloniais. Ocupação. Ordenamento Territorial

ABSTRACT: *Colonization of lands and ordainment in the territory Amapá (1943-1988).* This paper analyzes a brief discussion of colonization, through government projects made from the creation of the Territory of Amapá. The aim of this study is to understand the process of occupation and land that occurred in Amapá space during planning (1943-1988), since it is necessary to understand the current territorial space Amapá. As a result, this study sought to bibliographic and documentary collections of information. It presents an analysis from the scope of projects to colonial occupation in government Janary Nunes and later an analysis about the ordainment of the lands of Amapá, effective with the period of military dictatorship, and the creation of the federal agencies that jurisdictional Amapá lands, specifically the INCRA.

Keywords: Territory of Amapá. Colonial Projects. Occupation. Territorial Ordainment

1 Introdução

No Amapá, as discussões contemporâneas refletem as origens históricas, pois o período territorial compreende um modelo de ocupação e colonização

suplantado com a justificativa de que assim como outras áreas da Amazônia brasileira o espaço amapaense eram áreas vazias de infraestrutura econômica e social.

A ocupação a partir da criação do território, através de projetos coloniais demonstra toda a política do governo em efetivar a fixação dos colonos e ao mesmo tempo amenizar problemas sociais de outras áreas brasileiras, principalmente do Nordeste, permitindo também aos estrangeiros se fixassem nas áreas de colonização. Ressalta-se na década de 1950, no governo de Janary Nunes, a escolha de certas áreas, como em Matapí, próximo da capital Macapá; também na estrada para a base aérea do Oiapoque, e no rio Pedreiras, para restabelecer a política de colonização.

Por outro lado, isto significou a intervenção direta da esfera federal sobre as terras amapaenses passando a pertencê-la integralmente. Neste sentido, o Governo Federal, com a política desenvolvimentista, a partir da década de 1960, e com a criação do INCRA-AP, na década de 70, tomou para si a responsabilidade de ordenamento territorial, o que proporcionou a criação de projetos de assentamentos e ao mesmo tempo a vinda dos grandes projetos econômicos para a exploração das terras do território do Amapá.

Acrescenta-se ainda, a postura da elite, no governo da ditadura, intensificou a luta em defesa da propriedade privada e, posteriormente, com a redemocratização do país, além da defesa da propriedade privada, manifestou-se em defesa da terra como objeto de reserva de valor. A implantação do Plano Nacional da Reforma Agrária (PNRA), conforme mandava o Estatuto da Terra de 1964, não se estabeleceu de forma legal a desapropriação de latifúndios em áreas prioritárias, para fins de Reforma Agrária. As ações desse plano se

fizeram a partir de políticas de assentamentos, sendo que, a maior parte dos assentamentos implantados foi resultado das ocupações.

Considerando a importância de construir “um pouco” da história da colonização e a configuração territorial do Amapá, o objetivo do artigo é compreender o processo de ocupação e ordenamento que se deu no espaço amapaense durante o período do território, uma vez que é necessário para compreensão do espaço territorial amapaense atual. Em vista disso, este estudo requereu pesquisa bibliográfica e documental para coletas de informações.

Para tanto, alguns contextos serão abordados. Em um primeiro momento, se ressalta uma análise da ocupação realizada com os projetos coloniais a partir da criação do Território do Amapá, em 1943. Em um segundo momento, se aborda as discussões sobre ordenamento das terras amapaense a partir da ocupação e implantação de grandes projetos econômicos com a Política Desenvolvimentista do governo federal.

2 O movimento de ocupação a partir da formação de projetos coloniais

Por vários séculos, a pretensão de ocupação das terras do Amapá¹ está inserida em um contexto de atração de interesses estrangeiros² e nacionais, principalmente por obter uma imensa riqueza natural – rede hidrográfica, mineral e vegetal – e pela posição geográfica

¹ Compreende-se que a terras anteriormente pertenciam ao Pará, portanto não se tinha esta denominação de Amapá. Por outro, a delimitação da área em estudo já havia recebido vários nomes, no decorrer da colonização européia no Brasil.

² Ver REIS, 1982.

fica singular, por integrar a Região Amazônica. Em vista disso, a criação do território amapaense, em 1943, re-dimensiona o caráter intervencionista do poder do Governo Federal na fronteira Norte do país, que se prolongou até 1988, ano de criação de Estado, efetivando uma nova organização administrativa e política no Amapá.

Assim, partindo da década de 1920, primeira tentativa de se criar o Território do Amapá³, é perceptível analisar as condições fronteiriças e a continuidade da política de colonização, que não trazia resultados imediatos relacionados a efeitos econômicos, mas por outro, proporcionava a fixação de brasileiros, mesmo que compulsoriamente, em áreas periféricas, como o núcleo colonial na zona de fronteira entre Brasil e Guiana Francesa, o Centro Agrícola de Clevelândia, em 1922 (SANTOS, 2006). O que foi relevante para que a partir da década seguinte, com a ascensão de Getúlio Vargas, fosse retomada a preocupação de “defesa nacional” dessas áreas. No entanto, apesar de haver essa “preocupação”, as terras que sofreriam desmembramentos dos estados, não se efetivaram de imediato.

Ao reforçar a ideia de criação dos territórios nos extremos do Brasil, Silva (2011, p. 96) destaca que:

A defesa nacional e a ocupação territorial de regiões longínquas e abandonadas como justificativas para criação dos Territórios Federais, teve no Amapá o seu mais forte fundamento. A questão da fronteira na região sempre se mostrou como um sério problema para o Estado brasileiro. Como sua área fronteiriça faz limites com a Guiana Francesa, desde seu descobrimento pelos portugueses, esta região sempre foi alvo permanente da cobiça de estrangeiros. (...) a imagem que se tinha do norte no Centro político do Brasil foi determinante para a criação do Território amapaense, em 1943, como momento de construção/consolidação do Estado-Nação, através da integração e nacionalização dessa região ao resto do país.

Na década de 1940, mais precisamente em 13 de setembro de 1943, através do Decreto - lei nº. 5.812 que consta a criação do Território Federal do Amapá. O que Porto (2005; 2006) destaca sucintamente, como principais motivos da criação do Território: questões geopolíticas; a extração mineral, a influência de políticos locais; a criação do Território Federal do Acre; as características regionais norte do Pará; a proposta pela Comissão Nacional de Redivisão Territorial na década de 1930; justificativa militar; a propaganda do interesse da defesa nacional, e jurídica.

Conforme Guerra (1954, p. 182-183) a população do Amapá, após se tornar território crescia de ano a ano. Fazendo a comparação com os dados do recenseamento de 1940, com os da década de 1950, constatou-se um aumento de 78%, sendo que Macapá, comparado com as demais unidades federativas criadas, foi a que maior teve crescimen-

³ De acordo com Santos (2006) o Governo Federal recebeu autorização do Congresso Nacional, no dia 15 de janeiro de 1920, com o Decreto nº 4.058, para organizar a região acreana, em vista disso, aproveitando a ocasião, os moradores de Macapá e Mazagão, quando ainda pertencentes como municípios paraenses, contestaram através de manifesto enviando ao Presidente Epitácio Pessoa a concordância da transformação dos limites em Território, conforme as condições administrativas que se postaria ao Acre.

to proporcional. Também houve um crescimento populacional relevante em Amapá, que passou de 444 em 1940 para 1267 em 1950; Mazagão com 162 para 624; Oiapoque 431 em 1948 para 567 em 1950.

O crescimento populacional pode ser entendido, ao perceber que entre os períodos de 1943 a 1964 foi promovida à ocupação militar na fronteira, acrescenta-se ainda a política de colonização a partir da criação do Território.

Ao apresentar os decorrentes da política de colonização na Amazônia, nas décadas de 1940 e 50 Lobato (2011, p. 115-117) enfatiza que o presidente Getúlio Vargas, em discurso, apresentava como destaque a colonização, pronunciando o anseio de mudança “do modo interino de ocupação e utilização da terra tão importante quanto promover novos movimentos migratórios para região amazônica”. Isto permite entender, que a política de colonização implantada para a Amazônia não somente evidenciava uma ocupação da terra, mas também, uma pretensa modificação dos costumes no ambiente amazônico, caso referido aos indígenas, que há séculos utilizavam de técnicas rudimentares na formação de roçados, as quais deveriam ser substituídas pelas modernas técnicas agrônômicas.

Para tanto, criou-se a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA)⁴, tendo como execução os Plano Emergencial e o Plano Quinquenal. Este último com

⁴ A partir da Lei 1.806, promulgada no dia 06 de janeiro de 1953. No entanto, ainda na década de 1940, depois do Estado Novo, já permeava a ideia de se criar órgãos exclusivos para amenizar os problemas do Nordeste e da Amazônia (LOBATO, 2011, p. 118).

intenção de “superação dos hábitos de trabalho e de organização social que eram baseados no extrativismo e no nomadismo” (LOBATO, 2011, p. 118). No entanto, esbarrava-se nas dificuldades de promover essa modificação, causada principalmente pela não permanência do colono, pelo interesse em outras atividades econômicas, entre outros motivos:

As Colônias Agrícolas Nacionais foram concebidas como conjuntos de pequenas propriedades (lotes) economicamente ativos e autossustentáveis. Parte significativa dos novos colonos cedo abandonou a área que lhe era destinada. Isto ocorreu porque, a despeito do que afirmavam muitos documentos, os espaços da região amazônica não eram vazios. Diversos migrantes foram absorvidos por atividades econômicas que os afastavam das colônias: usinas de açúcar, fazendas de gado, cidades, áreas de outras estratégias de sobrevivência (...) (Lobato, 2011, p. 117).

No Amapá, várias tentativas de colonização foram realizadas⁵. O que provocou uma revisão delas a partir da criação do Território. Contribuindo para que na década de 1950, no governo de Janary Nunes, optou-se por escolher certas áreas, principalmente para agricultura e pecuária. Neste sentido, os lugares para a experiência foram: em Matapí, próximo da capital Macapá;

⁵ No ano de 1840, foi fundada a colônia militar Pedro II, situando na margem esquerda do rio Araguari, cerca de 70 km distantes da foz. Em 1891, outra tentativa de colonização, com a colônia de Ferreira Gomes, na margem direita do rio Araguari, em 1950, tinha cerca de 125 pessoas. Em 1907, foi fundada a colônia militar de Oiapoque. Em 1920, o Núcleo colonial de Clevelândia, cuja maioria dos habitantes era do Nordeste (GUERRA, 1954, p. 201- 203).

também na estrada para a base aérea do Oiapoque, e no rio Pedreiras.

O núcleo colonial agrícola do Matapí foi criado em fevereiro de 1949. No mês de março possuía apenas cinco colonos e no ano seguinte, mês de junho, já havia 100 pessoas e cerca de 17 casas, e no ano de 1955, um total de 696 colonos, dos quais mais da metade eram nordestinos - 60% - e entre japoneses⁶ e amazônidas eram 40%. Devido sua localização, nas cabeceiras do rio Matapí – daí o empréstimo do nome ao núcleo – cerca de 120 Km de Macapá, o administrador acreditava que seria “um ótimo celeiro para Macapá. Toda produção facilmente escoaria, em caminhões do governo para a capital” (GUERRA, 1954, p. 212; LOBATO, 2011, p. 125).

No entanto, a permanência do colono, se tornava cada vez mais difícil, tendo em vista a própria condição das quais estavam submetidos. Segundo Lobato (2011) as garantias relatadas por Janary Nunes: assistência médica e educacional, fornecimento de mudas e sementes, instrumentos agrícolas, entres outros; não foram cumpridas muitas das promessas relatadas, além do que, as moradias ficaram aquém do esperado, bem como a pobreza dos solos, com problemas de laterização, dificultando a agricultura; causas essas que fizeram

muitos dos colonos abandonarem a terra⁷.

Na colonização entorno da estrada da base aérea do Oiapoque, iniciada em 1949, a experiência foi mais modesta, visto que não se pretendia fazer uma colonização em larga escala, porém foram feitas tentativas de base empírica, resultando em 1950 apenas 12 famílias localizadas e com a mesma problemática do solo comparado com a colônia do Matapí. Para Guerra (1954, p. 208) “(...) tôdas as tentativas levadas a efeito no rio Araguari, bem como no Oiapoque, pautaram-se pelo empirismo jogando também, com a possibilidade da sorte.”

Posteriormente ao ano de 1964, estabeleceu-se a política de desenvolvimento e integração. Ao se analisar as décadas de 1950 e 1960, a partir da Política Desenvolvimentista do governo federal, esta propiciou a implantação de grandes projetos econômicos, e simultaneamente também mobilizou a população de outras regiões, principalmente nordestinos, para ocupar os chamados “vazios demográficos amazônicos”, provocando uma ocupação progressiva de terras devolutas e fomentando o surgimento de núcleos populacionais (LIMA, 1999, p. 02).

Em relação aos grandes projetos a partir da Ditadura Militar, no Brasil, percebe-se uma nova organização territorial ligada aos projetos de colonização, destacando-se os projetos agro-pastoris no sul do Amapá, o caso do Projeto Jari, ligado a produção de celulose. No entorno do projeto se gerou uma favela a Vila do Beiradão – consi-

⁶ Lobato (2011, p. 126) ressalta uma relevante questão a respeito dos colonos japoneses, visto que no Estado do Pará, formaram a segunda maior colônia do Brasil. No Amapá, se estabeleceram nas adjacências do núcleo urbano de Macapá e na colônia do Matapí. Através das fontes pesquisadas, Lobato enfatiza as negociações feitas pelo governador Janary Nunes da vinda desses japoneses para o Território amapaense.

⁷ Para o aprofundamento dos assuntos ver: Guerra, 1954; Lobato, 2011.

derada a maior favela da Amazônia, hoje Laranjal do Jarí.

Diante disso, Lima (1999) ressalta que a década de 1980 vai ser marcada pelos fracassos contínuos dos projetos de desenvolvimento dos governos militares para Amazônia brasileira, diante da derrocada do “Milagre Brasileiro”, visto que parte dos investimentos econômicos e sociais são removidos da região, principalmente, investimentos vinculados às políticas de financiamento agropecuário e reforma agrária.

3 Ordenamento territorial amapaense

O Território do Amapá, quando criado com a justificativa de planejamento político para a ocupação do espaço amapaense, sob a inspiração geopolítica orientada para o estabelecimento de um sistema mais adequado de segurança na fronteira é acrescentado ainda, a perspectiva de participação do antigo Território na ocupação e na integração da economia amazônica ao contexto nacional (RAIOL, 1992, p.46).

Sob tal perspectiva, iniciou-se efetivamente uma prática de abertura das potencialidades dos recursos naturais amapaenses, o que foi possível segundo “a criação de áreas tuteladas pelo Governo Federal, com subsídios que privilegiaram a apropriação de terras por empresas” (PORTO, 2006, p. 85). A afirmativa demonstra como ficou evidente quando, após a instalação do governo do Território, firmou-se um contrato de exploração econômica da reserva de manganês no Amapá, com a empresa Indústria de Comércio e Minério S/A (ICOMI) em 1946.

Com isso, começava a apropriação da riqueza e extensões de terras do Território pelos grandes grupos econômicos nacionais e internacionais, além de ocupações por procedimentos legais de órgão federais, autorizadas com administração do governo do Território com critérios da Divisão de Terras e Colonização (DTC), que era o órgão federal da autarquia territorial, criado especificamente para esse fim. A DTC expediu cerca de 1.917 licenças de ocupação, no período da existência do Território Federal, que foram distribuídas entre os municípios de Macapá, Mazagão, Amapá, Calçoene e Oiapoque (INCRA, 2006, p.15)

O governo do golpe de 64 ampliou a exploração das terras do Território, quando se iniciou um período marcado pela implantação de grandes projetos que, segundo dizia, visavam desenvolver economicamente o Norte do país, com a articulação do discurso de “desenvolvimento com segurança nacional”. Porém, incentivou-se a abertura do capital nacional e internacional para a ocupação da Amazônia, isso porque o “setentrião amazônico despertou mais interesses dos centros empresariais hegemônicos do mundo” (RAIOL, 1992, p. 26).

Os militares estimularam um novo movimento de ocupação da Amazônia a partir de grandes projetos mineradores, madeireiros e agropecuários. No Amapá, em evidente período, ressalta-se a instalação de um dos maiores latifúndios do mundo (RAIOL, 1992, p.54), no Vale do Jarí, em 1967, da empresa Jarí Florestal. O subsidiário dessa empresa, inclusive, declarou possuir cerca de 3,2 milhões de hectares.

Em vista disso, o processo de ocupação da Amazônia e do solo amapaense se fez à base da criação de instituições, programas e incentivos fiscais. Raiol (1992, p. 69) afirma que:

Neste caminho surge a “Operação Amazônica”, no início da segunda metade de década de 60, dentro da mobilização de um conjunto de instrumentos jurídicos, políticos, institucionais e financeiros, como meio de desenvolver e integrar a Amazônia ao contexto nacional, em entendimento a um modelo econômico altamente concentrador e centralizador. É desta forma que se põe em prática todo um processo de ocupação, com apoio na política de incentivos fiscais e em programas especiais como o PIN, PROTERRA e na redefinição de estruturas institucionais com a criação da SUDAM, do Banco da Amazônia, do INCRA, da FUNAI, entre outros.

Com isso, a criação de instituições (SUDAM, INCRA, IBAMA, FUNAI)⁸ e incentivos através de programas especiais (PIN, PROTERRA, POLAMAZONIA, entre outros)⁹ foram, durante a Ditadura Militar, responsáveis pelos assuntos relacionados ao uso da terra. Efetivaram as facilidades legais concedidas para atraírem empresários, estimulando o acesso a grandes extensões de terra e também à natureza em geral, o que garantiu a transferência de terra pública (devoluta) e garantia da propriedade da terra, para os grandes grupos econômicos, isso foi possível, devido à

alteração da legislação existente e criação de dispositivos legais extraordinários e de exceção (LOUREIRO e PINTO, 2005, p.78.). O que contribuiu para a ampliação do acesso à região amazônica e, conseqüentemente, ao Amapá, “configurando para que as relações econômicas se tornassem mais complexas e contribuíssem para estruturar a configuração espacial regional vigente” (PORTO, 2005, p. 14).

Através do Decreto-Lei 1.110/70, cria-se o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) passando a jurisdicionar as terras brasileiras. No Amapá, iniciaram as atividades em 1973, através do Projeto Fundiário do Amapá, que era subordinado à Coordenadoria Regional do Norte - INCRA, sediada em Belém. Neste contexto, toda a terra do Território Federal amapaense passa então para as mãos deste órgão. Somente no final de 1980, através da Emenda Constitucional nº. 16/80, a área de jurisdição do Projeto foi reduzida para 10.785.658,0348 ha, atribuindo para a jurisdição do Governo do Território 256.297,2400 ha, ou seja, uma parcela de 1,82% da área do Amapá (RAIOL, 1992, pp. 71-72).

A criação do INCRA, principal órgão atrelado à competência de administrar as terras, além de gerenciar os projetos de assentamentos, na década de 70, representou, para o Amapá, a direta intervenção do Governo Federal, culminando com a continuação da distribuição de terras, que, anteriormente, revelava-se precária, também a titulação de muitos imóveis, concessão de imensas terras, com finalidade de solucionar problemas fundiários e que dificultava a dinamização do setor primário e o de-

⁸ Superintendência do desenvolvimento da Amazônia (SUDAM); Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos recursos Naturais Renováveis (IBAMA); Fundação Nacional do Índio (FUNAI)

⁹ Programa de Integração Nacional (PIN); Programa de Redistribuição e Estímulo à Agroindústria do Norte (PROTERRA); Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZONIA).

envolvimento rural. O espaço agrário amapaense caracterizou-se nesse período pela concentração de empreendimentos capitalista na região. Relativo a isso, Raiol (1992, p. 71) afirma que:

É dessa forma que a refederalização passa a se processar, na prática, com a intervenção federal se dando, exatamente, sobre uma área de jurisdição de um Território Federal que, na verdade, já existia para garantir a “segurança e o desenvolvimento nacional”. Assim, o governo central decreta, setorialmente, a incompetência do aparelho burocrático-administrativo do governo do Território Federal do Amapá para assuntos referentes a terra”.

O INCRA efetivou inúmeras medidas, com a justificativa de regularizar e ocupar o solo do Amapá. Cabe enfatizar que o órgão, no período histórico em que foi criado, em plena Ditadura Militar, significou um novo sentido a ser dado à reforma agrária, baseado no contexto de “modernização” da agricultura: no lugar da crítica à estrutura fundiária, colocava-se uma nova alternativa, por intermédio da ocupação de terras públicas em fronteiras, o que tornava a reforma agrária um equivalente de colonização (MENDONÇA, 2006, p. 72).

É neste contexto, que se realizou a ocupação das terras do Amapá e se tomaram todas as medidas para que se efetivassem as incorporações de áreas ao patrimônio do Governo federal. Embora de maneira contraditória, a implantação do Território, que refletia as ideias políticas de segurança nacional, e posterior ao período da Ditadura Militar, fez-se à base da ampliação da política do governo federal no extremo norte do país, com o alargamento da pene-

tração capitalista nacional e internacional na região.

É relevante enfatizar que isso se agravou mais devido ao fato de que, com os recursos advindos do programa POLAMAZÔNIA e com a concessão de créditos rurais que o Governo Federal efetivava, surgiu um novo projeto, o qual separava as terras públicas das privadas. Para tanto, as terras públicas passaram para o Governo e as privadas regularizadas, por fim, isso acarretou a privatização de imensas extensões de terras para o grande capital, ou seja, absorvendo validamente para médias e grandes empresas instaladas no Amapá.

Com o Decreto 1.164/71, foram incorporadas ao patrimônio do Governo Federal todas as terras situadas dentro de uma faixa de 100 km de cada lado de todas as estradas federais existentes, em construção ou simplesmente projetadas e não iniciadas. Acrescentam-se ainda discriminatórias administrativas, arrecadações sumárias e desapropriações. Com a revogação do Decreto 1.164/71, através do Decreto nº. 2.375/87, todas as terras devolutas (não discriminadas), que se encontravam fora da faixa de fronteira, passaram imediatamente a fazer parte da jurisdição do Estado (INCRA-AP, 2006a, p 15.).

As fontes do INCRA-AP (2006a, 2006b) mostram que, entre o período de 74 a 87, através de arrecadações e desapropriações, passou-se para o governo Federal um total de 5.801.268,64 ha. Conforme mostra tabela 1:

Tabela 1. Glebas arrecadadas pela União no período de 1974 a 1987.

GLEBA	Área (ha.)
Matapi I	277.250,00
Matapi II	422.809,00

Rio Pedreira	156.489,00
Tartarugal Grande	678.887,00
Mazagão	242.500,00
Macacoari	210.200,00
Uruguinha	129.649,13
Tartarugalzinho	279.877,00
Tucunaré	96.400,00
Água Branca	298.300,00
Amapá Grande	168.898,56
Aporema	102.013,88
Bela Vista	198.840,57
Jupati (I e II)	85.812,50
Água Fria	251.188,00
Oiapoque	1.397.800,00
Arapari	219.360,00
Santa Maria	26.000,00
Carnot	72.000,00
Uaçá	78.375,00
Maracá	408.619,00
TOTAL	5.801.268,64

Fonte: INCRA, 2006^a

As terras arrecadadas foram distribuídas conforme a política implantada na fronteira. Partes destas áreas foram destinadas a grandes empreendimentos agrícola-minerais, a criação de reservas ambientais e indígenas, dentre os quais se destacam: **1)** A destinação de terras para grandes projetos particulares de mineração e de silvicultura (ICOMI, CADAM (Caulim da Amazônia S.A.) e AMCEL (Amapá Florestal e Celulose S. A.), Jarí Florestal; **2)** A criação dos assentamentos de reforma agrária (P.A. Carnot, Piquiazal e Perimetral Norte) no ano de 1987; **3)** A criação de quatro unidades de conservação ambiental de uso indireto (Parque Nacional do Cabo Orange e Reserva Biológica do Lago Piratuba, em 1980, Estação Ecológica das Ilhas Maracá e Jipioca, em 1981, e Estação Ecológica do Jarí, em 1982); **4)** A demarcação das reservas indígenas

Estação Científica (UNIFAP)
ISSN 2179-1902

Galibi (1982), Juminá (1992) e Uaçá (1991); **5)** O reconhecimento dos imóveis de posse particular e cadastro de posses (INCRA, 2006a).

A partir da década de 80¹⁰, passou-se a transferir as terras para o domínio do governo do Território e para os Estados. As terras situadas fora da faixa de 100 km das rodovias Federais, que compõe o Amapá, são as glebas: Terra Grande do Bailique, Jupari I e II, Ilhas do Bailique, Croa da Pedreira e Iratapuru (localizadas nos Municípios de Pedra Branca, Mazagão, Laranjal do Jarí, Vitória do Jarí e o atual Distrito da Ilha de Santana).

Em vista de tais destinações das terras arrecadadas, sob administração do INCRA, pode-se verificar como o Amapá passou a sofrer a partir da década de 70, do ponto de vista social, com o impacto causado pela política econômica que foi implantada, que se fez de qualquer maneira e, prioritariamente, a abertura do ecossistema amapaense aos grandes grupos econômicos internacionais e nacionais.

Tais evidências se mostram com o agravamento da situação agrária, sobretudo, do ponto de vista social e ambiental, embora se comprove maior incidência de conflitos pela terra no período de estadualização. Porém isto refletiu como o caso, por exemplo, da luta pela terra no sul do Amapá, com a empresa Jarí. Este conflito resultou de uma reação coletiva dos produtores agroextrativista ao poder do latifundiário do Projeto Jarí (FILOCREAÇÃO, 2002, p. 124); isto nos leva a compreender a gama de interesses contraditórios entre trabalha-

¹⁰ Emenda Constitucional nº 16, de 27 de novembro de 1980.

dores e latifundiários, tendo como pano de fundo a luta pela terra, tão patente em âmbito nacional, e que penetrou e se prolongou no Amapá durante a década de 90, resultado do processo de ocupação da região.

Diante de tal situação, pode-se notar que o Governo Federal, através do INCRA, ao efetivar as arrecadações, desapropriações, regularizações e destinações, voltadas para o ordenamento do Amapá enquanto Território, não se propôs a refletir as consequências da estrutura fundiária que se projetaria.

Em relação à política de assentamentos rurais, a criação deles, permeia a concepção de como deve ser criada a propriedade agrícola para os pequenos produtores rurais. Os projetos de assentamentos estão relacionados aos diversos fatores envolvidos como os conflitos da luta pela terra ou até mesmo pela permanência na terra. Além dos diversos órgãos criados através dessas lutas que se acirram principalmente a partir dos anos 80 e também sobre o cenário de abertura política, a adesão de diversos setores da sociedade foi substancial para o processo de criação dos assentamentos.

A política de assentamentos no Amapá se fez, considerando as ações do Plano Nacional da Reforma Agrária (PNRA), que só começaram em 1987, com a criação de três projetos de assentamentos: Piquiazal, em Mazagão, com área de 26.000,00 ha; Perimetral, em Pedra Branca do Amapari, com área de 34.000,00 ha; e Carnot, em Calçoene, com 72.000,00 há (INCRA, 2006a, p. 26).

A implantação do Piquiazal atendeu a demanda de populações de origens

local, o que foi reivindicação do Sindicato dos Produtores Rurais de Mazagão e os projetos de assentamentos Carnot e Perimetral para atender populações migrantes de outros estados, sobretudo do Maranhão. Pode-se compreender, então, durante a atuação do INCRA, no período da existência do território, que toda área arrecadada, ou seja, 5.801.268,64, como mostra a tabela 1, apenas 132.000,00, foi realizada para projeto de assentamentos, verificando-se assim como no período do Território foi propício para a concentração fundiária, acarretando consequências do ponto de vista social.

4 Considerações finais

O Amapá está inserido, no contexto em que as questões políticas, econômicas e socioambientais que se firmaram ao longo do período do Território contribuíram para a ocupação das terras do Amapá que se fez de forma precária, resultado de uma colonização e ocupação que tenderam ineficiência dos projetos coloniais para a população e exploração pelos grupos econômicos.

Assim, a criação do Território do Amapá, as terras amapaenses passaram a pertencer à esfera federal, através da jurisdição de vários órgãos, tendo como principal o INCRA, responsável por regularizar e direcionar a ocupação do solo amapaense. É neste ponto que começa a se promover a organização das terras amapaenses, por outro, o que se complicou com a instalação de empresas nacionais e estrangeiras, durante toda época do Território e, como não bastando, soma-se a Política Desenvolvimentista do governo federal, com im-

plantação de grandes projetos econômicos, os quais configuraram a concentração de terras.

Em relação aos projetos coloniais criados no início do Território, e os assentamentos criados em décadas posteriores no Amapá, observaram-se características semelhantes aos demais assentamentos do Brasil, pois foram criados para atender interesses políticos e econômicos, visando a cumprimento de metas dos governos. A falta de condições básicas de infraestrutura não cumpridas pelo governo direcionou os fracassos da política de colonização.

Deste modo, conforme o exposto por Lima (1999) é notório que a história do Amapá enquanto Território, não difere, significativamente, dos demais da federação brasileira, em especial daqueles que integram a região Amazônica, pois a ocupação do espaço sempre esteve ligada à exploração de seus recursos naturais.

Referências

FILOCREÃO, Antônio Sérgio Monteiro. “Os produtores e a produção extrativista do Sul do Amapá”. **Extrativismo e Capitalismo na Amazônia**: a manutenção, o funcionamento e a reprodução da economia extrativista do sul do Amapá. Macapá: GEA/SEMA, 2002, pp. 65-129.

GUERRA, Antônio Teixeira. **Estudo geográfico do Território do Amapá**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1954.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Diagnóstico Fundiário do Estado do Amapá**. Relatório. Macapá: 2006a.

_____, Plano de destinação e regularização de terras públicas para o Estado do Amapá – Biênio 2006/2007. Relatório. Macapá: 2006b.

LIMA, Ricardo Ângelo Pereira. **Imigrantes na qualidade de vida na Amazônia setentrional brasileira**. Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, nº 45 (31), 1999, pp. 01-11.

LOBATO, Sidney. “Os descaminhos da fortuna: a política de colonização no Amapá (1940-1958)”. **Do lado de cá**: Fragmentos de História do Amapá. Belém: Editora Açaí, 2011.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky; PINTO, Jax Nildo Aragão. **A questão fundiária na Amazônia**. Estudos Avançados, vol.19, n.54, 2005, pp. 77-98.

MENDONÇA, Sonia Regina. **A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990**. In: STEDILE, João Pedro. (Org.). São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PORTO, Jadson Luís Rebelo. **Amapá principais transformações econômicas e institucionais (1943-2000)**. Macapá: SETEC, 2006.

_____. **Transformações espaciais e institucionais do Amapá**: Conflitos e Perspectivas. Macapá: Jadson Porto, 2005.

RAIOL, Osvaldino. **A utopia da terra na fronteira da Amazônia**. Macapá: Ed. Dia, 1992.

REIS, Arthur César Ferreira. **A Amazônia e a Cobiça Internacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Manaus: SUFRAMA, 1982.

SILVA, Maura Leal. “Integração, nacionalização e povoamento nas margens do território nacional”. **Do lado de**

cá: Fragmentos de História do Amapá.
Belém: Editora Açaí, 2011.

SANTOS, Fernando Rodrigues dos. “A criação do Território do Amapá, instalação do governo e a dinamização econômica”. **História do Amapá:** da autonomia Territorial ao fim do Janarismo. Belém: Graf Norte Ind. e Comércio, 2006, pp. 19-78.

Artigo recebido em 07 de setembro de 2012.
Aceito em 12 de setembro de 2014.